

ARTIGO CIENTÍFICO

O PROCESSO DE PATOLOGIZAÇÃO DO LUTO A PARTIR DA PERSPECTIVA MATERNA

THE PROCESS OF PATHOLOGIZATION OF GRIEF FROM THE MATERNAL PERSPECTIVE

João Felipe Santos da Silva¹; Perci Klein²

¹Acadêmico do Curso de Psicologia, Centro Universitário Unicuritiba, Rua Chile, 238, CEP 82.010-330, Curitiba, PR. ²Professor, Mestre, Psicólogo, Centro Universitário Unicuritiba, Rua Chile, CEP, Curitiba, PR.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a refletir sobre os comportamentos sociais que influenciam na vivência do luto e os seus impactos no comportamento do indivíduo frente ao sofrer a partir da perspectiva materna. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica tendo como referencial teórico estudos disponíveis no Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsico), na Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) e em livros didáticos orientados ao tema. Nota-se que o processo de perda está diretamente ligado ao sofrimento psíquico que, embora seja suprimido pela sociedade, se apresenta de forma particular para cada sujeito, no caso de mães que perderam seus filhos, o mais comum é que se vivencie o luto sob grande pressão para uma melhora ágil, fazendo com que se busque soluções dentro da lógica biomédica, assim, patologizando a dor da perda.

Palavras-chave: Luto, Luto materno, Medicalização

ABSTRACT

The present work proposes a reflection on the social behaviors that influence the experience of grief and its impacts on the individual's behavior when faced with suffering from the maternal perspective. To this end, a bibliographical review was carried out using as a theoretical reference studies available in the Electronic Journals of Psychology (Pepsico), in the Online Scientific Electronic Library (SciELO) and in textbooks focused on the topic. It should be noted that the process of loss is directly linked to psychological suffering which, although suppressed by society, presents itself in a particular way for each subject. In the case of mothers who have lost their children, the most common thing is to experience grief under great pressure for rapid improvement, causing the search for solutions within biomedical logic, thus pathologizing the pain of loss.

Keywords: Mourning, Maternal grief, Medicalization

1. Introdução

A inevitabilidade da morte é sempre colocada como tabu e uma experiência resolvida ao outro, tornando o falecimento e o sofrimento tão desagradáveis e vinculados ao fracasso na concepção da sociedade. Os contextos de hiper medicalização e da discricção emocional são fatores importantes para compreender o luto na sociedade moderna. Essas questões se manifestam cada vez mais relevantes para entender a patologização do sofrer que se demonstra presente na contemporaneidade. Segundo Faria e Lerner (2019), situações inerentes a vida humana têm se tornado alvo dos processos de medicalização, estreitando cada vez mais a relação entre o comportamento humano e o aspecto patológico.

A compreensão da morte é um conceito subjetivo que depende de vários fatores do imaginário de um indivíduo, como: a religião, a cultura, o convívio familiar, social e a qualidade da relação pré-estabelecida. Mesmo sendo um tema presente e comum no dia a dia, o fato de morrer ou perder alguém, por ser considerado um assunto difícil, tem sido tratado como tabu. O medo da finitude humana e a eminente possibilidade do fim, sendo abrupto ou não, vem sendo motivo de desconforto e repreensão no imaginário popular.

Segundo Kübler-Ross (1969), o homem, historicamente, sempre demonstrou abominar a morte e inevitavelmente a repelirá. Expondo assim, que a possibilidade de deixar de existir nunca é palpável quando se trata da própria existência, podendo ir além, a ideia do fim não parece impossível apenas para si, mas para qualquer pessoa próxima e querida.

Falecer não comunica apenas a conclusão da história de sujeito, também é o fim das relações, dos planejamentos e das possibilidades. Como exposto anteriormente, não é cabível ao homem imaginar a sua própria morte, assim como a ruptura das relações já estabelecidas. A perda, mais do que tudo, é a destruição de crenças que, por sua vez, consideradas quase imutáveis, representam perder parte de si. Segundo Pereira de Assis, Leão Motta e Veríssimo Soares (2019), a experiência da perda evoca a compreensão da irreversibilidade da morte e a da própria finitude do enlutado. A quebra da relação pode ser devastadora para o indivíduo, fazendo com que se inicie um processo de ressignificação do mundo ao seu redor a partir da perda. Por conseguinte, o luto se torna uma experiência psicologicamente dolorosa. A morte por si só não representa nada além do fim do ser, portanto, nesse sentido, falar sobre o falecimento é o mesmo que articular

sobre quem fica, o enlutado que sofre a perda e deve, a partir dela, encontrar um novo meio de ser sem o outro.

O sentido de perder, assim como a relação do eu com o outro, é fundamental para compreender a especificidade emocional da carência a partir dessa ruptura. Dessa forma, a singularidade de sofrer pelo falecido está diretamente ligada ao tipo e a qualidade da relação que se mantinha.

A morte está vinculada à existência do homem, atrelar o luto a uma lógica médica que o torna possivelmente patológico traz consigo a ideia de que existe uma cura, que a dor de perder pode ser tratada, não ressignificada ou vivenciada com naturalidade.

O presente artigo se justifica pela necessidade de compreender o processo de luto e as especificidades sociais que determinam padrões de se vivenciar a perda como patologia. O problema, por sua vez, pretende apontar os aspectos subjetivos do processo de luto. O artigo tem como objetivo geral conceituar o luto e as interpretações clínicas construídas ao longo da história. Como objetos específicos, pretende-se compreender a especificidade do luto na perspectiva materna e as transformações que inclinaram o processo de perda passíveis a lógica biomédica.

Para tanto, utilizando de livros que abordam teorias sobre a vivência do luto, dentre várias perspectivas, e artigos acadêmicos disponíveis no portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsico) e na Biblioteca Eletrônica Cinética Online, se ordenou a conceituação teórica nos três seguintes títulos: Morte e Luto, Mudanças no modo de vivenciar o sofrimento e Luto materno e medicalização do sofrer.

2 Referencial teórico

2.1 Morte e Luto

Discorrer sobre o luto não é necessariamente falar sobre a morte e o morrer, assim como não se articula sobre a morte sem que não seja pelo enlutamento. Quando falamos sobre a perda, o sofrimento, a angústia e todas as consequências, estamos, no geral, dialogando sobre o luto e sobre a própria vida de quem fica. Alves (2015) apud Camps e Franco (2023), trazem a reflexão de forma mais poética indicando que a morte nunca comunica sobre si. Traz consigo o peso do que se está fazendo com a própria vida, momentos não vividos, sonhos não sonhados e riscos não tomados. O falecimento comunica a partir da percepção daqueles que vivem, ecoa na existência na forma do que chamamos de luto.

O tema foi alvo de diversos estudos e interpretações, sendo abordado a partir várias perspectivas ao longo dos anos. Freud (1917), pioneiro ao tratar o tema na psicologia, postulou que o luto é um processo iniciado pela perda de um objeto significativo, estando ligado diretamente a melancolia, ocorrendo a identificação com o objeto amado agora perdido, indicando que o abandono dele seria abandonar a si. Aqui o luto envolve uma série de conflitos internos, a elaboração do sentimento de perda e a eventual recuperação.

Em 1969 Elisabeth Kubler-Ross, trabalhando especificamente o luto de morte, observando o processo de enfrentamento que os pacientes em cuidados paliativos e suas famílias passavam, ordenou o processo da perda em um modelo de cinco fases distintas, que inclui a negação, a raiva, a barganha, a depressão e a aceitação, sendo um processo de avanços e retrocessos entre as etapas, mas ainda assim linear e conceitualmente limitado à medida que fixa um caminho único a ser percorrido.

Atualmente, tende-se a abordar o luto a partir da teoria do Apego desenvolvida por Bowlby por volta de 1950 (Freitas, 2013; Camps e Franco, 2023). Parkes (1998), seguindo esta linha, aborda o luto como um processo natural que deve ser tratado de maneira compreensiva. Destaca que o luto pode ser expresso de forma saudável reconhecendo a subjetividade do sofrimento de cada indivíduo que passa pelo processo de perda, acarretando diferentes estágios emocionais ao enfrentar a morte.

Kovács (1992), se aprofunda nos aspectos do luto dentro sociedade brasileira, ressaltando a importância de compreender o impacto das particularidades culturais no luto e no processo de recuperação. Para a autora, a morte comunica uma perda

irreversível e o enlutamento ocorre com tempos variados podendo, em alguns casos, se estender por toda a vida.

Identificamos, então, que o luto foi abordado a partir de diversas perspectivas dentro da psicologia, ressaltando a subjetividade de interpretações até mesmo dentro do âmbito clínico, passando por transformações e revisões do tema ao longo da história, sendo partilhado, no entanto, a ideia de que o sofrimento causado pela morte de um ente querido faz parte de um processo natural que traz mudanças para a vida de quem fica. Assim sendo, o pesar pela perda não pode ser generalizado por um processo contínuo de natureza linear, sendo influenciado por uma série de fatores que se alteram ao longo do desenvolvimento e à medida que nos relacionamos com o outro e com o mundo.

Durante a infância, voltados para fantasia, permeados por toda um envolvimento cultural que, no contexto ocidental, enxerga a criança como um indivíduo em desenvolvimento e que deve ser protegido de alguns pesares supostamente adultos, o luto não é necessariamente vivenciado como o fim definitivo do outro. Segundo Kublikowski (2023), alterações nos sistemas familiares contemporâneos afastaram crianças e adultos da realidade da morte, sendo o sujeito infantil, ainda agregando significados ao seu mundo, resguardado da perda e do sofrer. É comum que se dê explicações fabulosas sobre um pós-vida maravilhoso e que determinado ente querido aguardará com alegria. Também, na vivência da perda de um animal muito querido pela criança, é costumeiro elaborar contos que estimulem a ideia de que ele está vivo e feliz em outro local. É notável que nesse momento não se atribui à morte como um ponto final das relações.

Na adolescência e na fase adulta, as relações já bem estabelecidas fazem com que a presença do outro seja parte integrativa da existência do indivíduo no mundo. A perda aqui carrega o fim de uma relação e de uma maneira de ser. A partir dessa ruptura tudo o que era e o que poderia ser se torna impossibilidade. Nessa etapa, a limitação da vida é repudiada para si e para aqueles que carregam laços significativos com o indivíduo.

Na velhice, já passado por todo um histórico de perdas e ressignificações, para Camps e Franco (2023), espera-se que o conceito da morte e da finitude se tornem cada vez mais latentes. Caminha-se para o tempo de despedida, do fim da vida. Esse é o período que idealmente se estabelece a aceitação de tudo que já foi e do que não poderá mais ser para si, não significando obrigatoriamente o fim das expectativas, mas podendo transferi-las para quem fica.

Negar o trágico é um traço social, visto que se apropria a morte do outro o confronto com a própria mortalidade e com o histórico de sofrimentos e perdas ao longo da vida (Camps e Franco, 2023). Morrer é a única certeza dentre as possibilidades da existência humana, assim como repudiar o fim, a tristeza e o sofrimento estão inscritos no modo ser da sociedade contemporânea. Para Elisabeth Kubler-ross (1969), desde a antiguidade é comum que o homem negue a ideia da própria morte e a repelirá. Indo além, negar o próprio fim é negar a finitude daqueles que a existência cabe a uma parcela de si.

Sendo assim, o luto tem a característica da necessidade de carregar um sentido com a perda do outro, Freitas (2013) indica que o luto é um processo de transformação do mundo, impondo uma nova forma de se viver, já que a anterior se torna impossível a partir da perda de um ente querido. Não se sofre um processo doloroso por alguém distante ou que não se estabelecerá uma relação significativa anteriormente a seu óbito, a relação entre os indivíduos é fundamental para compreender a especificidade emocional que se desencadeia a partir da ruptura. Nesse sentido, a singularidade do sofrer está principalmente, mas não somente, ligada a qualidade da relação que se mantinha. Parker (1998) salienta que não basta atribuir dor a perda de um objeto de amor e deixar como está, o processo de luto é multifatorial e, embora nunca sejamos capazes de identificar completamente os aspectos de conduta para todos os casos de enlutamento, deve-se estar atento a multiplicidade de questões que permeiam e influenciam o processo.

Cada processo de enfrentamento é único, singular e está relacionado a múltiplos fatores: a qualidade do vínculo com a pessoa perdida, como se deram as perdas anteriores, em que momento da vida essa morte está acontecendo, como ela se deu, quais foram suas circunstâncias e causas. (Camps e Franco, 2023)

2.2 Mudanças no modo de vivenciar o sofrimento

Ao longo da história os rituais que se sucediam após a morte de um ente querido ocupavam um papel fundamental na vivência de perder, o sofrimento causado pelo luto não ocupava um espaço de discricção emocional resoluto aqueles próximos ao morto. A despedida era algo público e não se poupava a demonstração de dor e desgosto com a partida de alguém signficante e próximo, ao contrário do que se construiu nos centros urbanos brasileiros a partir da metade do século XX, demonstrar emoções, mesmo que

intensas, não era um sinal de vergonha ou de disfuncionalidade, todo o processo de luto era naturalizado e acompanhado publicamente no processo de despedida do morto.

Os rituais que, no geral, representam comemorações ao longo de nossas vidas são manifestações muito presentes no cotidiano comum social. Geron (2023), pontua uma série de eventos ritualísticos que são culturalmente comuns em nossa sociedade, desde antes de nascermos já passamos por esses marcos, fazem o chá de bebê e, mais recentemente, o chá revelação, assim como aniversários, casamentos, formaturas, dentre outras festividades comuns e diversas ao longo da história particular de cada um que, no geral, marcam uma nova etapa da vida, com promessas de mudanças e novos significados para o presente e para o futuro, funcionam como demarcadores do fim de uma fase e início de algo novo. Não diferente, o óbito traz consigo o peso de algo semelhante, menos alegre, mas demarcado por uma nova etapa para quem fica, temos então rituais que demarcam início de novos processos.

Embora sejam eventos importantes que se inscrevem com peso nos processos migratórios das vivências de um sujeito, principalmente quando falamos sobre o luto, os rituais não são fatores dominantes que rodeiam todo o processo elaboração da perda, embora possam ser vistos como catalisadores. Culturalmente tende-se a apontar um evento funerário como o grande momento de despedida, deixando toda a dor e o sofrimento da perda estagnado com a última despedida que aquele ritual proporcionará, existe um apelo social para que se haja discrição e agilidade do sofrer, para Freitas (2013), existe uma negação do luto, a partir de práticas que impõem um tempo limite para que o indivíduo volte ao trabalho. Vemos que na consolidação das leis de trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943), também conhecida como CLT, se estabelece no artigo 473 a possibilidade de falta de até dois dias consecutivos em caso de falecimento de um familiar próximo, não incluindo membros da família expandida. É notável que não somente como norma informal, mas também legislativamente, se limitam e individualizam a elaboração da perda pela necessidade de produtividade que a cultura contemporânea impõe as pessoas.

Ariès (1990) destrincha a temática no mundo ocidental, demonstrando que desde a idade média até a sua contemporaneidade a morte passou do âmbito de apelo e acolhimento no cotidiano público para a convivência privada, isolada e medicalizada. Na idade média, a morte era um evento cotidiano, as pessoas morreriam em suas casas cercados por sua comunidade em clima de transição, que era tratada com naturalidade. Com o avanço da medicina, a morte já não era mais um evento natural e familiar,

morre-se distante do público, em leitos hospitalares a morte passa a ser vista como falha da medicina e, ainda sobre esses avanços, para o autor, as instituições religiosas começam a perder sua autoridade na sociedade, modificando todo o envolvimento cultural posterior ao falecimento, tornando-a um evento mais individualizado.

O autor também pontua como as sociedades ocidentais tendem a se distanciar cada vez mais da morte, torna seus cemitérios um espaço de afastamento do ente morto com os que vivem, tornando o morrer uma questão mais administrativa e, em alguns aspectos, burocrática, organizada para separar o descanso dos mortos da vida cotidiana. Nessa concepção, vemos que transformações no modo de ser da sociedade, tornaram a morte um aspecto afastado do convívio comunitário, ideia que se espalha por todo o cenário cultural do ocidente.

Nos grandes centros populacionais brasileiros, segundo Koury (2014), concomitante as afirmações anteriores, a morte foi sendo progressivamente retirada do âmbito público, movido por um novo discurso de poder, marcado por grandes epidemias ao final do século XIX, o poder médico apoiado pelas políticas sanitárias e de higiene das grandes cidades tornaram os rituais cada vez mais individualizados para aqueles que pertenciam a família, o morto aqui ocupava um espaço insalubre no imaginário popular, apoiado pelo discurso de autoridades sanitárias. Também, com os movimentos de migração e transformação da sociedade nos centros urbanos, principalmente na população categorizada como classe média, a visão de família que era integrativa de forma mais extensa, começou a se resignificar para o núcleo familiar básico, composto por pais, mãe e seus filhos. O apoio da família ampliada e da sociedade que antes era esperado já não ocupa mais espaço nos rituais de despedida, o luto, assim como o sofrer, torna-se algo discreto e supostamente rápido. Para Koury (Ibidem) a alteração para um ritmo de vida mais acelerado, voltado para a produtividade moderna, acabou por afastar os indivíduos uns dos outros e de seus próprios sistemas emocionais, causando incômodos com a expressão pública de sentimentos. Existe, então, um maior controle dos gestos, da postura, do decoro corporal, da expressão facial, entre outras atitudes corporais. Freitas (2013), aponta que o luto materno, além de ser o mais estudado e significante em nossa cultura, quando ainda se guardava o luto aparente no Brasil, era o único que se permitia aos olhos da sociedade a reclusão e ao prolongar do sofrer por toda a vida. Demonstrar sentir, aqui, é um aspecto negativo que aponta uma disfuncionalidade social, incomoda os olhares alheios e demarca certa fraqueza e desdém com as normas produtivas de convívio.

O “ser discreto”, desse modo, caracteriza o modus operandi por onde se pode compreender a construção social do indivíduo urbano brasileiro de classe média, hoje. O comportamento pessoal de discrição perante as expressões das próprias emoções é sentido também nas informações contidas no questionário aqui analisado, na relação desse sujeito individual com os outros (Koury, 2014, p.599)

O comportamento majoritariamente avesso a demonstrações públicas de sentimento de perda e dor, especificamente em casos de morte e luto, são expressivos quando observamos os resultados da pesquisa sobre o tema realizada nas vinte e setes capitais brasileiras entre os anos de 1997 e 1999. Um questionário aplicado em 1304 informantes, demonstra que, sobre o comportamento de uma pessoa que sofreu uma perda, 77,6% acreditam que as pessoas devem agir de forma discreta, 15,34% responderam que esses indivíduos devem seguir a tradição e 7,06% afirmaram que não existe um comportamento ideal. Sobre como se comportar frente a alguém que está passando pelo processo de luto, a pesquisa demonstra que 72,01% preferem não importunar a pessoa, 18,71% responderam que preferem dar apoio e 9,28% acreditam que depende do caso (Idem, Ibidem). Notamos que a população brasileira, assim como todo o entorno ocidental, passou por um grande processo de dessensibilização e afastamento do sofrimento e da perda. Os dados acima citados demonstram que não apenas se espera discrição com sentimentos negativos que interferem no decoro social, como também não sabemos reagir quando a dor do outro é aparente, “preferir não importunar” é uma demonstração clara da incerteza que se sente frente ao sofrimento alheio.

2.3 Luto materno e a medicalização do sofrer

Vemos até o momento que o sofrimento causado pela morte do outro está rodeado de diversos fatores que tornam cada vez mais estreita a relação entre luto e a psicopatologia. Diversas transformações sociais, ocorridas principalmente no século XX, concomitaram na individualização dos processos de sofrer, impactando, agora, até mesmo o limite entre o sofrimento que era considerado natural e o patológico.

O luto vem sendo tratado pela psicologia como um processo inerente a existência humana, à medida que a morte é uma certeza existencial causadora de sofrimento para aqueles que ficam. Dialogando especificamente sobre o luto materno, não se pode deixar de revisitar o peso que a qualidade das relações impõe sobre o processo de elaboração da perda.

Caracteriza-se como luto a vivência experienciada após uma situação de perda significativa. O sentido da perda é um elemento fundamental para a compreensão desta experiência, especialmente quando se trata de um ente querido. O sentido da relação também. [...] Freitas (2013)

Todas as relações humanas são carregadas de sentido, construímos ao longo de toda a vida conexões interpessoais que carregam noções de qualidade diferentes umas das outras, relações de amizade, coleguismo, relações com a família expandida e amorosas carregam uma gama de significados específicos construídas a partir de uma história pregressa, mas nenhuma tão culturalmente expressivas como o enlace entre mãe e filhos, Perseval (1986) apud Almeida e Mazzo (2020), observa que se atribui papéis para homens e mulheres no exercício da parentalidade a partir de fenômenos biológicos, tipificando o exercício como uma atividade legitimamente feminina.

Para Fonseca (2017), a mulher, enquanto indivíduo em particular, já carrega consigo a possibilidade de gestar, a vida se inicia em seu corpo e, assim como nos cuidados materno, representa a entrada para o horizonte cultural. Nesse sentido, os filhos carregam uma qualidade muito particular além do que se pode estabelecer em qualquer outro relacionamento ao longo da vida, ocupam o espaço de extensão da mãe, um projeto idealizado de si entregue ao mundo para viver, crescer, prosperar e continuar depois que os genitores partirem. Representam a fixação do eu para o futuro. Ainda, imagina-se culturalmente a impossibilidade ou um processo pouco natural que um filho morra antes. Farias et al (2021), exemplificam que a morte de um filho parece um evento incoerente na vida dos pais, o que torna ainda mais complexa esta relação de morte e enlutamento.

Freitas e Michel (2014), tipificam de forma poética a perda materna como “A maior dor do mundo”, indicando que a particularidade de perder um filho é única o suficiente para ultrapassar qualquer sofrer. Silvia e Melo (2013), trazem os relatos, em um estudo de caso, de Maria (nome fictício), que acompanhou todo o processo de tratamento e morte de sua filha diagnosticada com câncer durante a infância. Embora a paciente traga palavras de apoio ao se direcionar para mães que estão acompanhando o tratamento de seus filhos diagnosticados com câncer, não soube elaborar, até mesmo se dizendo incapaz, palavras de consolo sobre a situação de morte.

Eu não tenho palavras para dizer nada. Só o tempo que vai lhe dizer. Porque o que eu passei, você está passando. Então, eu não sei o que lhe dizer. (...) Vai dizer o quê? Vai dizer "Se acalme, se controle?". Não. É difícil ter que falar alguma coisa para uma mãe que perde o filho.

Dentre vários fatores da vivência da perda parental, três se destacam durante este processo de luto, a saber: 1) A perda de sentido da vida, principalmente por se tratar de um relação que ocupa grande parte da vivência no diário, como é o caso de um filho, já que em nossa cultura ser mãe é um modo de existir possibilitado pela presença do outro; 2) A dor é um tema muito presente também nesse contexto, ao ponto de que muitas mães não conseguem mensurar ou explicar exatamente o que estão sentindo, evidenciando a particularidade desse sofrer; 3) A vivência da espiritualidade também é um fator muito presente em nossa cultura, em geral, gerando conforto com a ideia de descanso ou de um reencontro no pós vida (Freitas e Michel, 2014).

Outros fatores como perda de um modo de existir, já que aquele que ocupava o espaço de filho já não é mais presente, culpa, vontade de morrer, perpetuação da memória do filho (Idem, Ibidem), busca por ajuda psicológica e utilização de fármacos para amenizar a dor (Faria e Larner, 2019) também são fatores que aparecem na elaboração do luto materno. A perda não é necessariamente elaborada englobando todos os fatores supracitados, embora possam estar presentes em muitos casos. Muitos, por sua vez, buscam o que seria uma saída mais rápida, tomando remédios por conta própria ou receitados por médicos não especializados. Fávero, Sato e Santiago (2017), apontam que na cidade de Curitiba-PR 47% das indicações de psicofármacos vieram de clínicos gerais e 15,6% das pessoas entrevistadas afirmam terem utilizado esses remédios sem prescrição médica. Dados que demonstram a necessidade cultural de tratar o pesar cada vez mais dentro da perspectiva biomédica, independente da presença da figura médica especializada, o discurso se espalha por todo o convívio coletivo.

Diante da delineação anterior, vivemos em uma lógica cultural medicamentosa, cada vez mais processos que remetem ao sofrimento e a ruptura dos padrões do decoro social são desnaturalizados a partir de uma visão majoritariamente biomédica. Faria e Larner (2019), se aprofundam no tema sobre a medicalização do luto a partir da perspectiva materna. O estudo demonstra como as mães que perderam filhos vivenciam a perda sob grande pressão social e médica para medicar seu sofrimento. Destacam que a sociedade espera que essas mães superem rapidamente seu luto e retomem suas vidas normais, o que leva à prescrição de medicamentos para acelerar o processo de recuperação. A partir da perspectiva de Corand apud Faria e Larner (2019), entende-se que a medicalização de processos que antes eram relacionados a ciclos naturais da vivência humana não está unicamente relacionada a ação médica, o discurso social e de

outros agentes como associações, pacientes e profissionais da saúde tendem a definir problemas os direcionando a termos médicos. De forma generalista, vivenciamos uma lógica de protagonismo medicamentoso, não necessariamente direcionado por um indivíduo de formação médica, mas pelo discurso farmacológico de saúde. Pessotti (2003) apud Acselrad e Tavares (2022) reflete sobre a necessidade de nomear o que traz o sofrimento, propõe que um diagnóstico reduz a ansiedade do paciente por dar nome a um fantasma. Alves et al (2021), comenta que um nicho considerável da população chega a considerar um atendimento médico inválido se não foi associado a uma prescrição farmacêutica. Vemos então que o discurso médico alcunha o sofrer de forma patológica e tratável. Retomando o tema do presente artigo, neste panorama, o luto já não comunica sobre o sujeito em si, mas sobre a psicopatologia que está lesando esse indivíduo, perde-se a subjetividade e dá espaço a objetividade que um tratamento farmacológico oferece.

3 Conclusões

Tendo em vista o exposto, nota-se que diversas mudanças no cenário cultural tornaram progressivamente os processos naturais e análogos a algum tipo de sofrer sentimental cada vez mais individuais e publicamente inadequados, afetando, inclusive, processos outrora mais delicados, como o luto em todas as suas possibilidades.

Sobre a morte, o que antes era uma vivência naturalizada e integrada aos rituais públicos, incluindo reclusão e paciência com o tempo elaboração a partir da perda, passou a ser um processo automatizado seguindo a ordem do discurso biomédico, indicando que o sofrer supostamente prolongado deve ser catalogado dentre um determinado padrão de caráter patológico, portanto, passível a alguma forma de tratamento que, no geral, pode ser ordenado de forma farmacêutica. A patologização de tal desprazer ecoa de forma generalista se impregnando na cultura moderna ao ponto que, assim como foi indicado anteriormente, os indivíduos não encontram uma maneira de se comportar frente a dor pessoal e alheio, sendo assim, encontram dificuldade de compreender a própria subjetividade e as questões que os levam a amargura, tendo, então, a necessidade de encontrar uma explicação lógica que de nome aos seus fantasmas, geralmente oferecida pelo discurso biomédico, chegando a considerar um atendimento que não acompanhe a prescrição medicamentosa uma perda de tempo ou tecnicamente inválida.

Ainda, compreende-se que a morte e o luto emergem de forma subjetiva, inclinada a diversos fatores pessoais para quem passa pelo processo da perda, a qualidade da relação estabelecida, o tipo de laço familiar, a religiosidade, a cultura, a maneira como se deu essa morte e as redes de apoio que se estabelecem posteriormente. Quando se fala em luto materno, notadamente observa-se que ao mesmo tempo que se classifica a relação como algo único e indescritivelmente especial, ao vivenciar a morte de um filho, socialmente se espera uma rápida recuperação. Se vivência a morte, desta relação tão singular, sob enorme pressão social. Andrade, Michima e Barbieri (2017), explicam que muitas mães tendem a ignorar muitas questões relacionadas ao luto, novamente desnaturalizando o desgosto e o orientando a lógica biomédica, ignorando não só a subjetividade de cada relação, mas a própria lógica cultural que estabelece a profundidade da relação mãe e filhos.

Referências

- ACSELRAD, M.; TAVARES, D. B. **A medicalização do sofrimento psíquico na cultura do hiperconsumo**. Fractal: Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 34, 2022.
- ALMEIDA, Josiane M. T.; MAZZO, Celina M. F. **O significado de ser pai na atualidade: um estudo na abordagem gestáltica**. Rev. De abordagem gestalt, Goiânia. v. 22, n. 1, p. 35-48, 2020.
- ALVES, A. M. COUTO, S. B. BAGGIO, M. R. V. GAZARINI, L. **Medicalização do luto: Limites e perspectivas no manejo do sofrimento durante a pandemia**. Cadernos de Saúde. Três Lagoas, 2021.
- ANDRADE, M. L. MICHIMA, F. K. T. BARBIERI, V. **Recriando a vida: O luto das mães e a experiência materna**. Psicologia Clínica, São Paulo. v. 29, n. 2, p. 123-140, 2017.
- ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.
- ASSÍS, G. A. P. MOTTA, H. L. SOARES, R. V. **Falando sobre presenças ausentes: Vivências de sofrimento no luto materno**. Psicologia: Teoria e Prática, v. 21, n. 2, p. 45-61, 2019.
- CAMPS, P. B. FRANCO, M. H. **O processo de luto: Uma visão gestáltica**. São Paulo: Summus editorial, p. 89-111, 2023.
- Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943
- FARIA, A. F. LARNER, K. **Luto e medicalização: gestão do sofrimento entre mães que perderam filhos**. Scielo, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/> >. Acesso em 20 de abril de 2023
- FARIAS, C. P.; MUCHEN, M. A. B.; OLESIAK, L. R. QUINTINA, A. M.; REIS, C. G. C. **O Luto de Pais: Considerações Sobre a Perda de um Filho Criança**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, n. 4, p. 841-856, 2019.
- FÁVERO, V. R. Sato M. D. O, Santiago R. M. **Uso de ansiolíticos: abuso ou necessidade?**. Visão Acadêmica, Curitiba, v. 18, 98-106, 2018.
- FONSECA, F. L. S. **A constituição do mundo e de si-próprio no enlace existencial mãe-bebê**. Revista de Abordagem Gestáltica, v. 23, n. 3, p. 326-333, 2017.
- FREITAS, J. L. **Luto e fenomenologia: uma proposta compreensiva**. Psicologia em Estudo, Curitiba. v. 18, n. 4, p. 635-645, 2013.

- FREITAS, J. L. Michel, L. H. F. **A maior dor do mundo: Luto materno em uma perspectiva fenomenológica.** Estudos de Psicologia, Curitiba. v. 31, n. 2, p. 159- 167, 2014.
- FREUD, S. **Luto e melancolia. Em: Obras Completas de Sigmund Freud,** vol.XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GERON, C. F. **Pensando a importância dos rituais de despedida.** São Paulo: Summus editorial, p. 111-127, 2023.
- KOURY, M. G. P. **O luto no Brasil no final do século XX.** Caderno CRH, Salvador, v. 27 n. 72 p. 593-612, 2014.
- KOVÁCS, M. J. **Morte, separação, perdas e o processo de luto.** Morte e Desenvolvimento Humano. Tradução. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
- KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer.** 7ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KUBLINKOWSKI, I. **A concepção infantil sobre a morte e o processo de desenvolvimento.** São Paulo. Summus editorial, p. 17-33, 2023.
- PARKES, C. M. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta.** São Paulo: Summus editorial, 1998.
- SILVA, P. K. MELO, S. F. **Experiência materna de perda de um filho com câncer infantil: um estudo fenomenológico.** Rev. abordagem gestalt., Goiânia, v. 19, n. 2, p. 147-156, 2013.